



| | |
|--|---|
| ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA | |
| MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL | SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL |
| GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO | LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO |

| | | |
|---|---|---|
| COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA Alfredo Gaspar de Mendonça Neto Presidente | | |
| Antônio Arcippo de Barros Teixeira Neto Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Antiógenes Marques de Lira Vicente Felix Correia Márcio Roberto Tenório de Albuquerque Denise Guimarães de Oliveira | Luiz Barbosa Carnaúba Walber José Valente de Lima Dilmar Lopes Camerino Eduardo Tavares Mendes Marcos Barros Méro Luiz de Albuquerque Medeiros Filho | Geraldo Magela Barbosa Pirauá Lean Antônio Ferreira de Araújo Dennis Lima Calheiros José Artur Melo Valter José de Omena Acioly |

Procuradoria Geral de Justiça

Atos

ATO DE EXONERAÇÃO Nº 1/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar, VILANI DOS SANTOS MATOS, do cargo de provimento em comissão, de Assessor Técnico, Símbolo AS-2, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público.

Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 31 de janeiro de 2020.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS EM EXERCÍCIO, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU NO DIA 31 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 02.2019.00007731-0.

Interessado: Procurador Regional da República da 3ª Região - MPF.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, com remessa de traslado ao Núcleo do Meio Ambiente/CAOP.

Proc: 02.2019.00005626-9.

Interessado: 2ª Vara Cível da Capital - TJAL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, com a seguinte ementa: "Peças de informação. Arquivamento pelo Promotor de Justiça. Assento 003/2019/CSMP. Notícia desprovida de elementos que indiquem a existência de ilícitos. Pela ratificação do arquivamento, com remessa de cópia para a 6ª PJC".

Proc: 02.2020.00000364-9.

Interessado: 61ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, archive-se.

Proc: 02.2020.00000397-1.



Interessado: 14ª Vara Criminal da Capital - Trânsito e Crime contra Criança, Adolescente e Idoso - TJAL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a devolução dos autos ao interessado.

Proc: 02.2020.00000458-1.
Interessado: Vara do Único Ofício de Boca da Mata - TJAL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parece

Proc: 02.2020.00000459-2.
Interessado: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) SECCIONAL DE ALAGOAS.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2020.00000463-7.
Interessado: Secretaria Geral - TJAL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2020.00000465-9.
Interessado: Sérgio Martins de Souza Queiroz.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2020.00000467-0.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À Promotoria de Justiça de São José da Laje.

Proc: 02.2020.00000472-6.
Interessado: Gabinete do Deputado Estadual Galba Novaes.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Remeta-se à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual, com remessa de traslado ao NUDEPAT.

Proc: 02.2020.00000500-3.
Interessado: SECRETARIA DE RECURSOS HIDRÍCOS DE PENEDO.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À 2ª Promotoria de Justiça de Penedo.

Proc: 02.2020.00000480-4.
Interessado: Promotoria de Justiça de Mata Grande.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Junte-se ao Proc. SAJ nº 02.2019.00004083-3.

Proc: 799/2017.
Interessado: Alyson Elvis Balbino e outros, Técnicos do Ministério Público – Tecnologia da Informação.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho a manifestação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, juntado às fls. 274/278, pelo indeferimento do pleito. Cientifique-se os interessados. Em seguida, arquite-se.

Proc: 2792/2019.
Interessado: Dr. Kleytione Pereira Sousa, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de autorização para residir fora da comarca.
Despacho: Trata-se de pedido de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas para residir fora da comarca, pleito que encontra guarida no art. 129, § 2º, da Constituição Federal e, também, nas Resoluções nºs 26, de 17 de dezembro de 2007 e 112, de 04 de agosto de 2014, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Em atenção ao disposto no art. 13, do Ato Normativo Conjunto 002/2011 PGJ/CGMP, que prescreve a imperiosa oitiva da Corregedoria-Geral do Ministério Público,



evoluíram os autos aquele órgão da Administração Superior. A douta Corregedoria-Geral, constatou que o interessado comprovou os requisitos objetivos estabelecidos no Ato Normativo Conjunto PGJ e CGMP nº 002/2011 e Resolução CNMP nº 26/2007, consoante registra nos autos a Assessoria Técnica (fls. 25/26). Diligência de fl. 30 satisfeita à fl. 33. Imperioso trazer à lume o teor entalhado no art. 2º, do Ato Normativo Conjunto nº 002/2011 PGJ/CGMP, in verbis: “Art. 2º. O Procurador-Geral de Justiça, ouvida a Corregedoria-Geral, e por meio de decisão motivada, em caráter excepcional e em caso de justificada e relevante razão, poderá autorizar a residência fora da comarca ou localidade em que o membro do Ministério Público exercer sua titularidade”. Destarte, preenchidos os requisitos prescritos pelas precitadas normas jurídicas, DEFIRO o requerido pelo ilustre Promotor de Justiça à fl. 04. Publique-se. Após, archive-se.

Proc: 23/2020.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 24/2020.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da publicação da Portaria PGJ nº 64, de 30 de janeiro de 2020, evoluam os autos à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 80/2020.

Interessado: Justiça Itinerante/Poder Judiciário.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando o decurso do evento noticiado, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 124/2020.

Interessado: Diretoria de Comunicação Social.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. Publique-se. Em seguida, archive-se.

Proc: 134/2020.

Interessado: Núcleo de Inquéritos Policiais da Capital - NIMP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. À DG para as medidas cabíveis c/c para a Diretoria de Comunicação Social para divulgação.

Proc: 260/2020.

Interessado: 61ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. À Secretaria do Gabinete para promover a remessa requerida

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 31 de janeiro de 2020.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima

Analista do Ministério Público

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Portarias

PORTARIA PGJ nº 65, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE, designar o Dr. FERNANDO PADILHA ALVES, 6º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, para atuar no Processo nº 0700562-94.2018.8.02.0069, em tramitação na 4ª Vara de Palmeira dos Índios, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 6 de fevereiro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

Procurador-Geral de Justiça em exercício



PORTARIA PGJ nº 66, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 131/2020, RESOLVE designar a Dra. MYRIÃ TAVARES PINTO CARDOSO FERRO, 54ª Promotora de Justiça da Capital, para funcionar nos Autos nº 000342-88.2019.8.02.0001, em tramitação na 6ª Vara Criminal da Capital.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 67, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Proc. 211/2020, RESOLVE, lotar a servidora CAMILA RIBEIRO BERNARDO, Analista do Ministério Público – Área Jurídica, na 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, até ulterior deliberação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 68, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MYRIÃ TAVARES PINTO CARDOSO FERRO, 54ª Promotora de Justiça da Capital, para funcionar no Proc. SAJ/MP nº 02.2019.00007615-4.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 69, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no SAJ/MP nº 02.2020.00000248-3, RESOLVE designar o Dr. RODRIGO SOARES DA SILVA, Promotor de Justiça de Teotônio Vilela, para funcionar no Proc. 0800864-10.2019.8.02.0001, em tramitação na 9ª Vara Criminal da Capital.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 70, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no SAJ/MP nº 02.2020.00000184-0, RESOLVE designar o Dr. CARLOS TADEU VILANOVA BARROS, 43ª Promotor de Justiça da Capital, para funcionar no Proc. 0700710-53.2014.8.02.0067, em tramitação no Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 71, DE 31 DE JANEIRO DE 2020



O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MYRIÃ TAVARES PINTO CARDOSO FERRO, 54ª Promotora de Justiça da Capital, para funcionar no Proc. SAJ/MP nº 02.2019.00002492-2.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Distribuição Processual

Distribuição da Procuradoria Geral de Justiça

Ao(s) 31 dia(s) do mês de janeiro o funcionário competente do setor de Distribuição PGJ encaminhou, até as 13h30, os seguintes processos abaixo relacionados:

Processo: 02.2020.00000457-0

Interessado: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP

Natureza: Envio de cópias de processos administrativos

Assunto: Ofício nº 0001/2020

Remetido para: Promotoria de Justiça de São José da Tapera

Processo: 02.2020.00000459-2

Interessado: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) SECCIONAL DE ALAGOAS

Natureza: Solicita informações sobre aforamento de ação de interdição

Assunto: Ofício nº 088/2020

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00000462-6

Interessado: Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal - TJAL

Natureza: Autos nº 072348-45.2018.8.02.0001. Encaminha peças para análise de possível ação penal.

Assunto: Ofício nº 755/2020

Remetido para: 37ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00000463-7

Interessado: Secretaria Geral - TJAL

Natureza: Intima para que se manifeste acerca de busca e apreensão e laudo pericial

Assunto: Ofício nº 06/2020

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00000464-8

Interessado: Sérgio Martins de Souza Queiroz

Natureza: Requer informações

Assunto: Requerimento

Remetido para: 5ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00000465-9

Interessado: Sérgio Martins de Souza Queiroz

Natureza: Requer informações

Assunto: Requerimento

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00000467-0

Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE

Natureza: Relatórios de fiscalização CGU no Município de São José da Laje/AL

Assunto: Ofício nº 728/2020

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça



Processo: 02.2020.00000469-2
Interessado: ANATEL
Natureza: Regulamento de qualidade de serviço de telecomunicações - RQUAL
Assunto: Ofício nº 11/2020
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000470-4
Interessado: Associação Assistencial Casa dos Amarelinhos - Consolador
Natureza: Encaminha ata da diretoria eleita para o quadriênio 2020/2024 para conhecimento
Assunto: Ofício nº 13/2020
Remetido para: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00000485-9
Interessado: Andreia Cristina de Carvalho Dias
Natureza: TAC - Solicita autorização para evento BLOCO TURMA DA RESSACA. 22 de fev de 2020. Bom Parto.
Assunto: Ofício nº 18/2020
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000486-0
Interessado: Andreia Cristina de Carvalho Dias
Natureza: TAC - Solicita autorização para o evento BLOCO DO BOBO. 22 de fev. de 2020. Bom Parto.
Assunto: Ofício nº 17/2020
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000488-1
Interessado: José Ronaldo da Silva
Natureza: TAC - Solicita autorização para o evento BLOCO AS RECALCADAS DO ALTO. 24 de fev. de 2020.
Assunto: Of. 001/2020
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000458-1
Interessado: Vara do Único Ofício de Boca da Mata - TJAL
Natureza: Encaminha os autos conforme decisão
Assunto: Ofício nº 01/2020
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00000491-5
Interessado: SOCIEDADE UNIDA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO BAIRRO PETRÓPOLIS II
Natureza: Não informado
Assunto: SOLICITAÇÃO DE TAC
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000492-6
Interessado: Coletivo Afrocaeté
Natureza: Não informado
Assunto: REQUERENDO TAC
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000495-9
Interessado: JG EVENTOS
Natureza: Não informado
Assunto: REQUERENDO TAC
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000496-0
Interessado: JADSON FRANCISCO DOS SANTOS
Natureza: Não informado
Assunto: REQUERENDO TAC
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor



Processo: 02.2020.00000497-0
Interessado: ANDRÉ GOMES CORREIA
Natureza: Não informado
Assunto: REQUERENDO TAC
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000498-1
Interessado: ANDRÉ GOMES CORREIA
Natureza: Não informado
Assunto: REQUERENDO TAC
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000500-3
Interessado: SECRETARIA DE RECURSOS HIDRÍCOS DE PENEDO
Natureza: Não informado
Assunto: ATENDIMENTO AO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA (TAC) ANTIGO LIXÃO
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00000502-5
Interessado: ASTEMA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DO LOTEAMENTO STELLA MARIS
Natureza: Não informado
Assunto: REQUERENDO TAC
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00000506-9
Interessado: Davysson Barbosa Ferreira
Natureza: Não informado
Assunto: REQUERENDO TAC
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Subprocuradoria Geral Administrativo Institucional

Despachos do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2020, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 48/2020
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e Lavagem de Bens – GAESF.
Assunto: Requerendo implantação de gratificação.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica de fl. 26. Defiro o pleito. Vão os autos às Diretorias de Pessoal e de Programação e Orçamento para as providências cabíveis.

Proc: 156/2020
Interessado: Thiago Pachêco Andrade Pereira – Analista desta PGJ.
Assunto: Requerendo licença médica.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica de fl. 8. Defiro o pleito. Lavre-se a portaria necessária. Vão os autos a Diretoria de Pessoal para providências.

Proc: 234/2020
Interessado: Dr. Lucas Sachisida Junqueira Carneiro – Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo adiamento de férias regulamentares.
Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 238/2020
Interessado: Dr. Paulo Roberto de Melo Alves Filho – Promotor de Justiça.



Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, defiro o pleito. O requerente deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado. Vão os autos à Diretoria de Pessoal para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

Proc: 244/2020

Interessado: Marcelo José da Rocha Nery – Técnico desta PGJ.

Assunto: Requerendo concessão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 249/2020

Interessado: Edvaldo Feitosa Bispo – Assessor desta PGJ.

Assunto: Requerendo adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 252/2020

Interessado: Aline Flávia Gama Guedes – Servidor Cedido.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, considerando o art. 1º, do Ato PGJ 1/2018, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 255/2020

Interessado: Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo Oliveira – Assessor de Cerimonial.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 256/2020

Interessado: Dr. Luiz Barbosa Carnaúba – Procurador de Justiça.

Assunto: Requerendo concessão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 31 de Janeiro de 2020.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
Assessora de Gabinete do Ministério Público
Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Portarias

PORTARIA SPGAI nº 45, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 156/2020, RESOLVE ratificar os pareceres e laudos da perícia médica, para conceder ao servidor THIAGO PACHÊCO ANDRADE PEREIRA, Analista do Ministério Público – Banco de Dados, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde seguida de auxílio-doença, correspondente ao período de 15 de janeiro a 13 de abril de 2020.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 46, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 252/2020, RESOLVE conceder em favor de ALINE FLÁVIA GAMA GUEDES, Servidora Cedida, portador do CPF nº 648.466.104-97, matrícula nº 8255264-9, 1 ½ (uma e meia) diárias, no



valor unitário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), aplicando-se o desconto de R\$ 25,07 (vinte e cinco e cinquenta e sete centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 232,40 (duzentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Taquarana, no período de 28 a 29 de janeiro do corrente ano, para participar do Seminário Laços de Coração: Aspectos Jurídicos e Psicossociais da Adoção, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Ações de Comunicação. Natureza de despesa: 339014 – Diárias, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 47, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 255/2020, RESOLVE conceder em favor de MARIA CRISTINA MENDES CAVALCANTE BISPO OLIVEIRA, Assessora de Cerimonial, portador do CPF nº 013.275.274-30, matrícula nº 8255075-1, 1 ½ (uma e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), aplicando-se o desconto de R\$ 25,07 (vinte e cinco e cinquenta e sete centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 232,40 (duzentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Taquarana, no período de 28 a 29 de janeiro do corrente ano, para participar do Seminário Laços de Coração: Aspectos Jurídicos e Psicossociais da Adoção, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público. Natureza de despesa: 339014 – Diárias, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

ATA DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS – EXERCÍCIO 2020

Aos 31 (trinta) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte (31/01/2020), às nove horas, no Auditório Edgar valente de Lima, localizado no 5º (primeiro) andar do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram inicialmente os membros da Comissão Eleitoral, a saber: o Excelentíssimo Senhor Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício e Presidente da Comissão Eleitoral) e os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça Isaac Sandes Dias, Luciano Romero da Matta Monteiro e Almir José Crescêncio para eleição suplementar que visa a escolha dos Membros que comporão o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, no exercício de 2020, conforme Resolução CPJ nº 12/2019, de 13 de dezembro de 2019, e Edital de Convocação, devidamente publicados no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Alagoas. Ato contínuo, verificada a regularidade dos atos que precederam o sufrágio, deu-se início aos trabalhos, abrindo-se a urna e mostrado o seu interior aos fiscais e candidatos presentes, não havendo impugnação. Começada a votação pontualmente às 09h (nove) horas, realizada a última chamada para votação, não havendo eleitores no recinto que não votaram, foi declarada encerrada a votação às 17h (dezessete) horas pelo Presidente da Comissão. Conferida a lista de votação, observou-se que compareceram 116 (cento e dezesseis) membros, do total de 172 (cento e setenta e dois), totalizando 348 (trezentos e quarenta e oito) votos. Convidou então a Comissão Eleitoral os candidatos, seus fiscais e os eleitores presentes para, querendo, acompanharem a abertura da urna e a apuração dos votos. Não houve também incidentes durante a apuração. As cédulas foram retiradas da urna e contadas, coincidindo seu número com o número de votantes. Em seguida, foi feita a apuração dos votos, não havendo impugnação, cujo resultado, conforme a ordem consignada na cédula eleitoral, foi a seguinte: Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça José Artur Melo com 91 (noventa e um) votos; Valter José de Omena Acioly com 106 (cento e seis) votos e Denise Guimarães de Oliveira com 80 (oitenta) votos. Foram apurados ainda 71 (setenta e um) votos em branco e nenhum voto nulo. Encerrada a apuração, não havendo impugnações a decidir, foi proclamado o resultado da eleição dos membros que comporão o Conselho Superior do Ministério Público no ano de 2020, com



os três candidatos eleitos, todos como titulares. Em seguida, o Presidente da Comissão Eleitoral determinou que fosse encaminhado ofício ao Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público objetivando a ciência do resultado desta eleição. Para fins de divulgação, restou ainda determinada a publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado de Alagoas. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão Eleitoral parabenizou a todos, agradecendo sobretudo o trabalho e a disponibilidade dos demais membros da Comissão. Determinou finalmente a lavratura desta Ata, pelo membro mais novo da Comissão, o que fiz e abaixo subscrevo com os demais membros.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Procurador-Geral de Justiça em exercício e Presidente da Comissão Eleitoral

Isaac Sandes Dias
Membro da Comissão Eleitoral

Luciano Romero da Matta Monteiro
Membro da Comissão Eleitoral

Almir José Crescêncio
Membro da Comissão Eleitoral

Nota Declaratória

Declaro, para os devidos fins, que a 1ª Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, designada para esta data, às 10h, não foi realizada por falta de quórum, devendo a respectiva pauta ser apreciada na próxima sessão regimental. Compareceram os Senhores Procuradores de Justiça Antônio Arcippo de Barros Teixeira Neto, Sérgio Jucá, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Valter José Omena Acioly e Denise Guimarães de Oliveira. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Lean Antônio Ferreira de Araújo e Marcos Méro, bem como ausente, por encontrarem-se em gozo de férias o Procurador-Geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, e os Procuradores de Justiça Dennis Lima Calheiros e Eduardo Tavares Mendes. Do que, para constar, foi lavrada esta nota declaratória, que vai assinada pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício.

Maceió, 31 de janeiro de 2020.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Procurador-Geral de Justiça em exercício
Presidente da sessão

Diretoria Geral

Seção de Contratos

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 29/2014

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: A. de Gusmão Lyra Neto - ME (CNPJ nº 17.532.856/0001-00).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e



indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 46/2014

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Velloo Net Ltda (CNPJ nº 08.059.661/0001-02).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Nona – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 05/2015

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Elógica Processamento de Dados Ltda (CNPJ nº 11.376.753/0001-12).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Nona – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 21/2015

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Softplan Planejamento e Sistemas Ltda (CNPJ nº 82.845.322/0001-04).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 23/2015

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Elemac Elevadores Ltda (CNPJ nº 04.722.126/0001-20).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 28/2015

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Ticket Soluções HDFGT S. A. (CNPJ nº 03.506.307/0001-57).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339030 – Material de consumo.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 15/2016

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Dígitro Tecnologia S. A. (CNPJ nº 83.472.803/0001-76).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Nona – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.091.0195.2363 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 22/2016

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Velloo Net Ltda (CNPJ nº 08.059.661/0001-02).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 03/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Ticket Soluções HDFGT S. A. (CNPJ nº 03.506.307/0001-57).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 11/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).



Contratada: Polo-It Informação e Tecnologia Ltda (CNPJ nº 02.131.834/0001-61).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 14/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: OK Locadora de Veículos Ltda - EPP (CNPJ nº 07.173.027/0001-25).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima Primeira – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 19/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Telefônica Brasil S. A. (CNPJ nº 02.558.157/0001-62).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Oitava – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 21/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Telefônica Brasil S. A. (CNPJ nº 02.558.157/0001-62).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Oitava – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 24/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Jequitibá Engenharia e Empreendimentos Ltda (CNPJ nº 04.960.022/0001-54).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As



despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 25/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: FSF Tecnologia S. A. (CNPJ nº 05.680.391/0001-56).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 43/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Coppini & Cia Ltda-ME (CNPJ nº 08.729.009/0001-40).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima Sétima – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 54/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Maq-larem Máquinas Móveis e Equipamentos Ltda (CNPJ nº 40.938.508/0001-50).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 08/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda (CNPJ nº 59.456.277/0001-76).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Nona – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”.



Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 09/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Telemar Norte Leste S/A (CNPJ nº 33.000.118/0001-79).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 18/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Vision Net Ltda-EPP (CNPJ nº 13.134.811/0001-27).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Oitava – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 26/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CNPJ nº 34.028.316/0004-56).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 29/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Companhia de Seguros Aliança do Brasil (CNPJ nº 28.196.889/0001-43).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.128.0195.2124 – Manutenção das Ações da Escola Superior do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.



Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 34/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Ativa Serviços Gerais Eireli (CNPJ nº 40.911.117/0001-41).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339037 – Locação de mão de obra.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 35/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Diplomata Terceirização em Geral Eireli - ME (CNPJ nº 04.803.820/0001-72).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339037 – Locação de mão de obra.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 46/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: V & P Serviços de Viagens Ltda (CNPJ nº 21.993.683/0001-03).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Oitava – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339033 – Passagens e despesas com locomoção.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 57/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Hewlett Packard Brasil Ltda (CNPJ nº 61.797.924/0002-36).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima Terceira – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 58/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Claro S. A. (CNPJ nº 40.432.544/0001-47).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 01/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: A C dos Santos Neto - ME (CNPJ nº 09.147.243/0001-21).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sétima – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 03/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Telefônica Brasil S. A. (CNPJ nº 02.558.157/0001-62).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 04/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Critério Engenharia Eireli (CNPJ nº 05.786.268/0001-14).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Nona – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.091.0195.3007 – Construção, Ampliação e Reforma de Promotorias e Sedes Administrativas, Natureza de despesa: 449051 – Obras e instalações.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 08/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Toccato Tecnologia em Sistemas Ltda (CNPJ nº 08.689.089/0001-57).



Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.3013 – Aparelhamento do Ministério Público, Naturezas de despesa: 449040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, 449035 – Consultoria e Assessoria e 449039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 10/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Centrais Voip Ltda - ME (CNPJ nº 11.199.079/0001-48).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sétima – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 14/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Shock Instalações e Manutenção Ltda (CNPJ nº 09.625.923/0001-03).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 15/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda - EPP (CNPJ nº 09.094.300/0001-51).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 20/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Master Engenharia e Projetos Ltda (CNPJ nº 35.558.782/0001-63).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As



despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 21/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (CNPJ nº 12.449.880/0001-67).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima Primeira – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.091.0195.2363 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339035 – Consultoria.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 27/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Diego Bruno Gonçalves Pedroza (CNPJ nº 30.943.730/0001-97).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima Segunda – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039-77 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica – vigilância ostensiva/monitorada.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 31/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Editora Plenum Ltda (CNPJ nº 00.188.874/0001-14).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.128.0195.2124 – Manutenção das Ações da Escola Superior do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 32/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Approach Tecnologia Ltda (CNPJ nº 24.376.542/0001-21).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Oitava – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.”



Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 38/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Sei Soluções Integradas Ltda (CNPJ nº 04.637.738/0001-15).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Décima Segunda – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

“As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 02/2010

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Francisca Moreira de Lima Corrêa (CPF nº 208.641.914-72).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 01/2016

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: José Carlos Vieira dos Santos (CPF nº 008.058.354-74).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 01/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Nadja Raposo Fireman (CPF nº 177.040.814-20).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.422.0195.2096 – Manutenção das Ações dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.



Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 02/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Maria Betânia Elias de Melo (CPF nº 331.842.754-34).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 03/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Job Imóveis e Consultoria Ltda (CNPJ nº 31.106.954/0001-07).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 04/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Vanivaldo Silva Filho (CPF nº 604.395.214-91).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 05/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Dinelva Maria de Lima Cedrim (CPF nº 018.755.694-64).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 08/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Maria Vieira Marques da Silva (CPF nº 002.706.444-15).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 09/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Valter Roberto Pessoa Veiga (CPF nº 223.116.104-49) e Valma Maria de Lima Pessoa Veiga (CPF nº 387.755.304-49).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 01/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Laercio Marques Souza (CPF nº 053.813.704-58), Thiago Ribeiro Marques (CPF nº 077.422.864-40) e Thamires Ribeiro Marques (CPF nº 091.021.874-93).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 01/2019

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Carlos Vieira de Melo (CPF nº 039.762.034-91).

Do Objeto: Adequação do prescrito na Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, por força da Lei 8.231, de 8 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 2020-2023, passando a vigorar com a seguinte redação: “As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339036 – Outros serviços de terceiros – pessoa física.”.

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário suprarreferido e respectivos aditivos se houver, não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2020.

Signatário: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício).



Promotorias de Justiça

Portarias

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
61ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL/AL
Promotoria de Justiça de Direitos Humanos e Cidadania
Avenida Juca Sampaio, nº 3362 – Barro Duro, Maceió – AL, 57046-242
Email: pj61.capital@mpal.mp.br
Telefone: (82) 2122-5219

Procedimento Administrativo SAJ-MPAL nº 09.2020.00000101-8
Interessado: Conselho Municipal de Assistência Social
Assunto: Instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA nº 0001/2020/61PJ-Capit

O Ministério Público do Estado de Alagoas, por intermédio da 61ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuições na defesa da cidadania, dos direitos humanos, da igualdade de gênero e racial, da liberdade religiosa, do direito à livre orientação sexual e concretização da assistência social, no uso de suas atribuições, com fundamento nos art. 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 4º, da Lei Complementar nº 15/1996 e

Considerando que os Procedimentos Administrativos, nos termos do art. 8º, da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, são destinados a: acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis, e embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;

Considerando que o art. 9º, da Resolução CNMP nº 174/2017, estabelece que "o Procedimento Administrativo será instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto para o inquérito civil", assim como que a publicidade referida, pertinente ao Inquérito Civil, consiste na definição trazida pelo § 2º, do art. 7º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, e da Resolução nº 01/10, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, e

Considerando o fato constante dos autos que, em síntese apertada, versa sobre a representação do Conselho Municipal de Assistência Social em face de descumprimento de convênio celebrado pelo município de Maceió, pelo Estado de Alagoas e pela União Federal com a

Associação Pestalozzi de Maceió, uma vez que o Município e a União estariam em mora com os repasses das verbas pactuadas e o Estado de Alagoas não estaria repassando essas;

RESOLVE, instaurar o presente Procedimento Administrativo, passando a adotar as seguintes providências:

- 1) Encaminhe-se cópia da presente Portaria à Procuradoria-Geral de Justiça, à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao Conselho Superior do Ministério Público, via e-SAJ;
- 2) Solicite à Procuradoria-Geral de Justiça a publicação dessa Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma prevista no art. 9º, da Resolução CNMP nº 174/2017;
- 3) Remeta cópia desta Portaria, via e-mail institucional, à Procuradoria-Geral de Justiça, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado, e
- 4) Cumpridas as providências acima, voltem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Maceió, 22 de janeiro de 2020.

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Promotor de Justiça



Despachos

**3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
DESPACHO Nº0284/2019/03PJ-Capit**

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2016.00001050-2

INTERESSADO(A): RICARDO DA SILVA BEZERRA.

DESPACHO: Nº0284/2019/03PJ-Capit

Notifique-se o autor para informar se houve ajuizamento de ação judicial em face do Hapvida, bem como, para se manifestar interesse no prosseguimento do feito.

Prazo de 05 dias.

Cumpra-se.

Maceió/AL, sábado, 01 de junho de 2019.

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
Promotor de Justiça

Portarias

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Promotoria de Justiça da Comarca do Pilar

Inquérito Civil nº 06.2019.00000049-6
(Portaria nº 02/2019, de 29 de janeiro de 2019 – PJ-Pilar)

DESPACHO/PRORROGAÇÃO

Tramita nesta Promotoria de Justiça o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO em epigrafe, destinado a apurar o suposto funcionamento irregular e aplicação de multas abusivas pela SMTT (Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito) de Pilar. Contudo o referente Inquérito Civil ultrapassou o prazo disposto no art. 9º, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, razão pela qual PRORROGO o prazo por mais 1(um) ano, tendo em vista a necessidade de diligências complementares. Determino, de já, as seguintes diligências:

01. Oficie-se ao Procurador-Geral de Justiça na condição de Presidente do CSMP para informá-lo da presente prorrogação, bem como para publicação em Diário Oficial do Estado, tudo nos termos do que dispõe o inciso VI do Art. 4º da Resolução nº 23/2007. Determino a fixação da Portaria em local de costume. Tudo com as devidas certificações nos autos.
02. Sejam expedidos os ofícios necessários para a devida instrução dos autos.

Pilar, 31 de janeiro de 2020

SILVIO AZEVEDO SAMPAIO
Promotor de Justiça

67ª Promotoria de Justiça da Capital

Ref. Inquérito Civil SAJ-MPAL nº 06.2020.00000045-2

DESPACHO–PORTARIA nº 0001/2020/67PJC

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio da 67ª Promotoria de Justiça da Capital, tendo em vista a necessidade de



apuração dos fatos narrados e documentos colacionados no Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000749-0, relativos ao acompanhamento da qualidade da estrutura e do atendimento prestado na Unidade Básica de Saúde Dídimo Otto Krummer, e:

Considerando que, consoante preconiza o art. 1º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Inquérito Civil "será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais";

Considerando que a Constituição Federal tem a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos em que se alicerça;
Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil elege a saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, assim como ratifica a Constituição do Estado de Alagoas ao determinar que constitui função social do Estado velar pela proteção e defesa da saúde no âmbito individual e coletivo;

Considerando que a Carta Magna, em seus arts. 127 e 129, II, compaginada com a Constituição do Estado de Alagoas, em seus arts. 142 e 187, estabelecem que o Ministério Público é instituição incumbida da defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabendo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, incluindo as ações e os serviços de saúde erigidos pelo art. 197, do Texto Magno;

Considerando que a Lei nº 8.080/90 dispõe que a saúde é direito fundamental do ser humano, reputando ser dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, mediante formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

RESOLVE:

Com espeque no art. 26, da Lei nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e no art. 6º, da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de fevereiro de 1996, instaurar o presente:

INQUÉRITO CIVIL

promovendo a evolução e registro dos autos no Sistema de Automação da Justiça do Ministério Público de Alagoas e passando a adotar, preliminarmente, as seguintes providências:

- I – Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, conforme estatuído pelo art. 1º, §2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ/MPAL;
- II – Encaminhamento de Ofício à Secretaria de Saúde de Maceió, requisitando as informações necessárias à instrução dos autos.

Alfim, que seja publicada a presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 4º, VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e do art. 4º, VI, da Resolução CPJ/MPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Expeçam-se os ofícios requisitórios.

Cumpra-se.

Maceió, 30 de janeiro de 2020.

Assinado Digitalmente

Paulo Henrique Carvalho Prado

Promotor de Justiça da 67ª Promotoria de Justiça da Capital

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela

Procedimento Administrativo nº MP 09.2020.00000057-4

Portaria nº 0001/2020/PJ-TVile, de 15 de janeiro de 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127, da Constituição Federal Brasileira, que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;



CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal;

CONSIDERANDO, nos termos da Constituição Federal, em seu art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifo acrescentado);

CONSIDERANDO a notícia recebida nesta Promotoria de Justiça na data de ontem, 14.01.2020, dando conta de que, em que pesem as aulas dos estudantes da Universidade Federal de Alagoas - UFAL estejam agendadas para serem retomadas no dia 20.01.2020, o município de Teotônio Vilela somente irá disponibilizar transporte gratuito para os estudantes universitários a partir do dia 03.02.2020, deixando sem transporte, no período entre tais datas, os estudantes da UFAL que residem neste município e fazem uso de tal transporte, em torno de 50 (cinquenta estudantes), segundo levantamento inicial;

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para fins de adoção de medidas buscando a solução do mencionado problema, determinando, desde logo, as seguintes providências:

- a) seja oficiado ao Município de Teotônio Vilela, com urgência, para que esclareça se irá ou não disponibilizar o referido transporte a partir do dia 20.01.2020, e, em caso negativo, recomendando a disponibilização de tal serviço já a partir de tal data para os estudantes da UFAL que residem neste município;
 - b) determinar a remessa de cópia desta Portaria à Procuradoria-Geral de Justiça, para fins de publicação.
- Cumpra-se.

Teotônio Vilela, 15 de janeiro de 2020.

Rodrigo Soares da Silva
Promotor de Justiça

Procedimento Administrativo Nº MP 09.2020.00000058-5

Portaria nº 0002/2020/PJ-TVile, de 15 de janeiro de 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a informação de que o Município de Teotônio Vilela estaria exigindo a apresentação de título de eleitor dos estudantes universitários como condição para utilização do transporte escolar gratuito fornecido pelo Município, conforme publicação em sua rede social Instagram;

CONSIDERANDO que o período de cadastro acima menciona se iniciou na presente data (15.01.2020), com término previsto para o dia 05.02.2020;

CONSIDERANDO que o domicílio civil é regido pelo Código Civil, definido como aquele onde a pessoa se estabelece com ânimo definitivo, admitida inclusive a possibilidade de domicílios múltiplos; enquanto o domicílio eleitoral é regido pelo Código Eleitoral, obrigatoriamente único, sendo o local em que mantenha vínculo político;

CONSIDERANDO a existência de outros meios de comprovação de domicílio civil, e que refletem, melhor do que o título eleitoral, a realidade consistente na efetiva residência no município;

CONSIDERANDO a necessidade de prevenção de ocorrência de desvio de finalidade em tal prática por parte de agentes públicos vinculados ao Município de Teotônio Vilela, sobretudo pelo fato de tal exigência estar sendo feita em pleno ano eleitoral;

RESOLVE

instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, nos termos da Resolução CNMP nº 174/2017, com o fim de adoção de



providências

Determino a realização das seguintes diligências iniciais:

1. Junte-se aos autos print da postagem feita no Instagram oficial da Prefeitura de Teotônio Vilela, contendo a exigência de apresentação de título eleitoral como condição de uso de tal serviço;
2. Seja expedida recomendação ao Município de Teotônio Vilela, no sentido de que não mais exija título eleitoral/comprovante de domicílio eleitoral como condição para o uso deste e de outros serviços públicos ofertados pelo Município;
3. seja remetida cópia da presente portaria e da mencionada recomendação à Procuradoria-Geral de Justiça de Alagoas, para fins de publicação no D.O.E.

Cumpra-se.

Teotônio Vilela, 15 de janeiro de 2020.

Rodrigo Soares da Silva
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela

Procedimento Administrativo nº MP 09.2020.00000118-4

Portaria nº 0003/2020/PJ-TVile, de 24 de janeiro de 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o Brasil é um Estado laico, devendo tratar todos os seus cidadãos igualmente, independentemente de sua escolha religiosa, e não deve dar preferência a indivíduos de certa religião;

CONSIDERANDO que, dentre os princípios que regem a Administração Pública, estão os da legalidade, impessoalidade e publicidade (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o dispêndio de recursos e servidores públicos para fins religiosos caracteriza ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a informação de que o Município de Teotônio Vilela estaria organizando uma viagem de romeiros ao “Juazeiro do Padre Cícero Romão”, município de Juazeiro do Norte-CE, que estaria para ocorrer nos próximos dias, conforme se infere da leitura de publicação na conta oficial do Município na rede social Instagram;

CONSIDERANDO que a aludida publicação no Instagram, em que pese utilizando conta de rede social de natureza oficial, convoca os romeiros para uma reunião noturna na residência do Prefeito Municipal, para tratar da aludida romaria;

CONSIDERANDO a necessidade de prevenção de ocorrência de improbidade administrativa;

RESOLVE

instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, nos termos da Resolução CNMP nº 174/2017, com o fim de adoção de providências .

Determino a realização das seguintes diligências iniciais:

1. Junte-se aos autos print da aludida postagem feita no Instagram oficial da Prefeitura de Teotônio Vilela;
2. Seja expedido, com urgência, ofício ao Município de Teotônio Vilela, para que preste todos os esclarecimentos acerca da aludida viagem, especialmente se haverá aporte de recursos públicos, como ônibus que servem ao transporte escolar, dentre outros, combustível, alimentação, servidores públicos e respectivas diárias etc;
3. seja remetida cópia da presente portaria e da mencionada recomendação à Procuradoria-Geral de Justiça de Alagoas, para fins de publicação no D.O.E.



Cumpra-se.
Teotônio Vilela, 24 de janeiro de 2020.

Rodrigo Soares da Silva
Promotor de Justiça

Procedimento Administrativo SAJ-MPAL nº 09.2020.00000165-1
Interessado: Ministério Público do Estado de Alagoas.
Assunto: Instauração de procedimento administrativo visando a elaboração de TAC para regularizar a destinação das verbas oriundas do FUNDEF.

DESPACHO–PORTARIA nº 0004/2020/PJ-PCama

PORTARIA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, pelo Promotor de Justiça signatário e com apoio do Núcleo de Defesa da Educação, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República;
CONSIDERANDO que a fiscalização das políticas públicas voltadas à educação, a identificação de impropriedades na aplicação dos recursos e a construção de soluções para as demandas locais reclamam a atuação ostensiva, vigilante e obstinada do Ministério Público Estadual, dada a sua capilaridade, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público Federal;
CONSIDERANDO o vultoso valor recebido pelos Municípios Alagoanos a título de diferenças de complementação da União do VMAA do FUNDEF e a necessidade de atuar concomitantemente com a aplicação destes recursos, de modo a assegurar que sejam aplicados exclusivamente em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino e evitar sua malversação;
CONSIDERANDO que a promoção da educação pública de qualidade é objetivo do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado de Alagoas 2011-2022;
CONSIDERANDO a recente decisão da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1703697 / PE), que fixou a tese de que todo o recurso proveniente do FUNDEF deve ser aplicado às hipóteses exclusivas de manutenção e desenvolvimento da educação básica no Brasil;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para fiscalizar a correta aplicação dos recursos recebidos pelo Município a título de diferenças de complementação da União do VMAA do FUNDEF pelo município de Passo de Camaragibe/AL, assegurando que referidos recursos sejam aplicados exclusivamente em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, além de determinar as seguintes providências:

- a) Registro do presente através do sistema SAJ-MP;
 - b) Informação da instauração do presente ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, via Protocolo Unificado;
 - c) Promoção da publicação da presente Portaria no Diário Oficial, através do setor responsável; e,
 - d) Expedição de convite a Prefeita de Passo de Camaragibe para que compareça à reunião junto ao Centro de Apoio Operacional do Ministério Público Estadual, em data a ser designada oportunamente.
- Intime-se e Cumpra-se.

Passo de Camaragibe/AL, 31 de janeiro de 2020.

ARY DE MEDEIROS LAGES FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA